**AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL E A EQUIDADE**

Santos, Jéssica Silva Felix dos¹

Coelho, Irla Maria Batista2

Lima, Kercia Vieira de3

Evangelista, Breno Pinheiro4

Evangelista, Brenda Pinheiro5

Laurentino, Maria Viana6

Silva, Cícero Vieira da7

Maria Luana Viana de8

**RESUMO:** As políticas públicas são ações, no sentido de que são escolhas resultantes do processo político das pressões de grupos organizados, do debate. Já a equidade é um conceito que está relacionado com a ideia de justiça e igualdade. Ela se refere à distribuição justa dos recursos e oportunidades. A equidade é diferente de igualdade, pois enquanto esta busca tratar todos de maneira igual, a equidade entende que cada indivíduo tem necessidades diferentes e busca dar a todos o que é necessário para atingir uma igualdade de oportunidades. O presente estudo teve como objetivo analisar, por meio da literatura, as políticas públicas relacionadas à equidade. Trata-se de uma revisão bibliográfica de literatura, do tipo narrativa e com abordagem qualitativa, realizada nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e *Scientific Eletronic Library On line* (SciELO). As políticas públicas são importantes por decisões e medidas planejadas e executadas pelo governo para solucionar problemas ou atender necessidades da sociedade. Atuam diretamente no gerenciamento e na resolução de questões que afetam a vida dos cidadãos, como saúde, educação, segurança, meio ambiente, habitação, entre outros. Diante desse cenário, as políticas públicas desempenham um papel fundamental na redução das vulnerabilidades sociais e na promoção da equidade social. Elas são instrumentos de intervenção do Estado para garantir direitos, proteger a população e promover o bem-estar da sociedade como um todo. Portanto, as políticas públicas apresentam importância para a equidade social e o desenvolvimento sustentável de uma sociedade, promovendo uma maior igualdade de oportunidades e garantindo a qualidade de vida de todos os cidadãos. Além disso, elas são fundamentais para o fortalecimento da democracia e o exercício pleno da cidadania, uma vez que permitem a participação da população na definição e implementação dessas políticas.

**Palavras-Chave:** Direito; Equidade; Políticas públicas;

**E-mail do autor principal:** jessicasilvafelixdossantos@gmail.com

1Enfermagem, FVS, Icó-CE, jessicasilvafelixdossantos@gmail.com

2 Pedagogia, ISEC, Cajazeiras-PB, irlapedagogia2023@gmail.com

3 Direito, UFCG, Cajazeiras-PB, kerciavieiralima2023@gmail.com

4 Farmácia, FASP, Cajazeiras-PB, brenopinheiroeva2018@gmail.com

5 Enfermagem, UFC, Fortaleza-CE, brendapinheirro@gmail.com

6 Geografia, UECE, Fortaleza-CE, mariaviana.geografia20@gmail.com

7 Ciências Contábeis, FVS, Icó-CE, cicerovieiracontabilidade2022@gmail.com

8 Ciências Biológicas, IFCE, Jaguaribe-CE, luana.viana.araujo2023@gmail.com

**1. INTRODUÇÃO**

As políticas públicas são ações, no sentido de que são escolhas resultantes do processo político das pressões de grupos organizados, do debate. Nesse sentido, são um conjunto de ações, medidas e programas realizados pelo governo em conjunto com a sociedade civil há intensos debates sobre o que são. Do ponto de vista jurídico, são instrumentos de planejamento, implantação e execuções de programas governamentais (SOUTO *et al*., 2016).

Já a equidade é um conceito que está relacionado com a ideia de justiça e igualdade. Ela se refere à distribuição justa dos recursos, oportunidades e responsabilidades entre as pessoas. Assim, é a busca pela igualdade de condições para todos, tendo em conta suas diferenças e necessidades individuais. Ou seja, não se trata de tratar todas as pessoas exatamente da mesma forma, mas sim de oferecer a cada uma aquilo que elas precisam para ter as mesmas oportunidades de alcançar seus objetivos (BARROS; SOUSA, 2016).

A equidade é diferente de igualdade, pois enquanto esta busca tratar todos de maneira igual, a equidade entende que cada indivíduo tem necessidades diferentes e busca dar a todos o que é necessário para atingir uma igualdade de oportunidades (SOUTO *et al*., 2016).

O presente estudo teve como objetivo analisar, por meio da literatura, as políticas públicas relacionadas à equidade.

**2. MATERIAIS E MÉTODOS**

Trata-se de uma revisão bibliográfica de literatura, do tipo narrativa e com abordagem qualitativa, realizada nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e *Scientific Eletronic Library On line* (SciELO). As palavras-chave foram: “Direito”, “Equidade” e “Políticas públicas”. Foram utilizados os critérios de inclusão: artigos, em língua portuguesa, publicados de 2016 a 2023, e que abordassem a temática. Os critérios de exclusão foram: estudos repetidos ou que não respondessem ao objetivo. Inicialmente, foi possível identificar 104 estudos, sendo incluídos 12, conforme os critérios de inclusão. Com os critérios de exclusão, foram excluídos 07 estudos, sendo utilizados 05.

**3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As políticas públicas são importantes por decisões e medidas planejadas e executadas pelo governo para solucionar problemas ou atender necessidades da sociedade. Têm como objetivo promover o bem comum, o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida da população (SIQUEIRA; HOLLANDA; MOTTA, 2017).

Atuam diretamente no gerenciamento e na resolução de questões que afetam a vida dos cidadãos, como saúde, educação, segurança, meio ambiente, habitação, entre outros. Além disso, as políticas públicas são fundamentais para garantir equidade, reduzir as desigualdades sociais e promover a inclusão social (SOUTO *et al*., 2016).

Outra importância é promover o equilíbrio e o funcionamento adequado da economia e do mercado, através de ações regulatórias e de incentivo aos setores produtivos. Por meio dessas políticas, o governo estimula o crescimento econômico, gera empregos e aumenta a renda e o poder de compra da população (BARROS; SOUSA, 2016).

Políticas públicas para a equidade são ações e programas implementados pelo Estado com o objetivo de promover a justiça social e a igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, independentemente de classe social, gênero, etnia, idade, entre outros aspectos. Essas políticas visam combater as desigualdades sociais, econômicas e culturais existentes na sociedade e garantir o pleno exercício da cidadania e o acesso aos direitos fundamentais (SIQUEIRA; HOLLANDA; MOTTA, 2017).

Algumas das políticas públicas mais comuns para a equidade são: políticas de combate à pobreza: programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que visa reduzir a situação de vulnerabilidade e miséria de famílias em situação de pobreza, políticas de inclusão social: ações que visam garantir a inclusão de grupos marginalizados na sociedade, como pessoas com deficiência, população LGBTQIAPN+, comunidades indígenas e quilombolas (BEZERRA *et al*., 2019).

As populações vulneráveis incluem grupos de pessoas que vivem em situações de risco, que possuem menos recursos para enfrentar adversidades e que têm maior dificuldade de acesso a serviços básicos e oportunidades. Esses grupos podem ser discriminados, excluídos e marginalizados pela sociedade, resultando em condições precárias de vida e maior vulnerabilidade a doenças, violência, pobreza e outros problemas sociais (MENDES; RONZANI; PAIVA, 2019).

Dessa forma, as políticas públicas promovem o bem-estar e a qualidade de vida da população, atuando em diferentes áreas como educação, saúde, segurança, habitação, entre outras. Porém, nem todas as políticas públicas são efetivas em atender às demandas da sociedade e, muitas vezes, acabam gerando subprodutos, ou seja, consequências indesejadas e não planejadas (SIQUEIRA; HOLLANDA; MOTTA, 2017).

Diante desse cenário, as políticas públicas desempenham um papel fundamental na redução das vulnerabilidades sociais e na promoção da equidade social. Elas são instrumentos de intervenção do Estado para garantir direitos, proteger a população e promover o bem-estar da sociedade como um todo (BEZERRA *et al*., 2019).

As políticas públicas podem ser direcionadas para diferentes áreas, como saúde, educação, moradia, trabalho, segurança, entre outras. Elas devem ser desenvolvidas de forma participativa e com base em diagnósticos que identifiquem as principais vulnerabilidades sociais presentes no território e no público-alvo (MENDES; RONZANI; PAIVA, 2019).

**4. CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Portanto, as políticas públicas apresentam importância para a equidade social e o desenvolvimento sustentável de uma sociedade, promovendo uma maior igualdade de oportunidades e garantindo a qualidade de vida de todos os cidadãos. Além disso, elas são fundamentais para o fortalecimento da democracia e o exercício pleno da cidadania, uma vez que permitem a participação da população na definição e implementação dessas políticas.

**REFERÊNCIAS**

BARROS, F. P. C.; SOUSA, M. F. Equidade: seus conceitos, significações e implicações para o SUS. **Saude soc.**, v. 25, n. 1, 2016.

BEZERRA, M. V. R. *et al*. Política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva. **Saúde debate**, v. 43, n. 8, 2019.

MENDES, K. T.; RONZANI, T. M.; PAIVA, F. S. População em situação de rua, vulnerabilidades e drogas: uma revisão sistemática. **Psicol. Soc.**, n. 31, 2019.

SIQUEIRA, S. A. V.; HOLLANDA, E.; MOTTA, J. I. J. Políticas de Promoção de Equidade em Saúde para grupos vulneráveis: o papel do Ministério da Saúde. **Ciênc. saúde colet.**, v. 22, n. 5, 2017.

SOUTO, K. M. B. *et al*. Estado e políticas de equidade em saúde: democracia participativa? **Saúde debate**, v. 40, 2016.